

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Emily Pereira Lima

A PRESENÇA INDÍGENA EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA: notas sobre a história e movimentos contemporâneos de retomada

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Elizabeth Pissolato

Juiz de Fora
2026

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **EMILY PEREIRA LIMA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202373016A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A PRESENÇA INDÍGENA EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA: notas sobre a história e movimentos contemporâneos de retomada**, desenvolvido durante o período de 24/09/2025 a 20/01/2026 sob a orientação de ELIZABETH DE PAULA PISSOLATO, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

EMILY PEREIRA LIMA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de (☐) 1 ano, ou (☐) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

A PRESENÇA INDÍGENA EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA: notas sobre a história e movimentos contemporâneos de retomada

Emily Pereira Lima¹

RESUMO

O trabalho pretende reconhecer a presença indígena em Santo Antônio de Pádua (RJ), articulando registros históricos e pesquisa contemporânea sobre os movimentos de retomada Puri. Como fonte histórica, a pesquisa utiliza o trabalho de Heitor de Bustamante (1971), intitulado “Sertões dos Puris” para analisar a formação do município como resultado da missão de aldeamento dos indígenas que ocupavam o território. Em seguida, são apresentados os movimentos contemporâneos de retomada indígena no Brasil e, para a pesquisa do movimento de ressurgência Puri atual, são utilizados especialmente os relatos pessoais, participação em documentários e as movimentações de Opetahra Nhãmanruri Puri na cidade de São Fidélis (RJ). Além disso, é analisada a bibliografia recente, no que diz respeito às retomadas Puri no sudeste brasileiro. O trabalho inclui ainda, investigações iniciais para a busca de pessoas autodeclaradas puri em Pádua, com perspectiva para o desenvolvimento de pesquisa etnográfica adiante, interessada na presença indígena atual na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Retomadas Indígenas. Puri. Santo Antônio de Pádua (RJ).

1. Introdução: A presença indígena em Pádua

Santo Antônio de Pádua é um município localizado na região noroeste do estado do Rio de Janeiro, atravessado pelo Rio Pomba, próximo à divisa com Minas Gerais. Cresci em um de seus distritos, um bairro com cerca de 1.100 habitantes, denominado Marangatu. É composto por um pequeno centro urbanizado em uma zona rural relativamente grande, repleta de propriedades de pequeno porte dedicadas à agricultura e à pecuária. Além disso, a cidade de Pádua é conhecida como a cidade das águas e das pedras, devido à descoberta e comércio de água iodetada no início do século XX. Posteriormente, manteve uma economia baseada na exploração intensa de rochas ornamentais desde a metade do século XX até o fim dos anos 2000, quando houve uma maior pressão para a regulamentação dessa atividade e, portanto, uma diminuição do trabalho intenso nas serrarias.

Durante minha infância, meu pai trabalhava carregando um compressor para perfurar a pedra ou colocando explosivos para facilitar a extração. Nas vezes em que me levava com ele, tomávamos café na tenda com os outros trabalhadores da serraria e eles ficavam conversando e respondendo minhas perguntas sobre os pormenores do serviço deles e os lugares de onde eram extraídas as pedras, que eram geralmente afastados da parte urbana. Foi conversando com os colegas do meu pai que soube pela primeira vez que Marangatu era uma palavra indígena e, bastante superficialmente, que a terra onde vivíamos pertencia originalmente a outro povo, com idioma e cultura próprios.

Com o tempo, fui identificando outras menções a esse povo no cotidiano. As pessoas mais velhas diziam que suas bisavós foram “pegas no laço”, segundo seus pais, e as conversas a esse respeito nunca duravam muito tempo, apesar de servirem como um indicador de que não fazia tanto tempo assim que esses povos originários haviam “desaparecido” dali, como me diziam. Na escola, o “Dia do Índio” falava de uma figura

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Elizabeth Pissolato.

histórica, imutável no passado e deslocada da realidade contemporânea do Brasil que nos estava sendo apresentado, construindo um imaginário quase folclórico ao redor desses povos, que eram descritos de forma a parecerem figuras saídas de um livro de fantasia. Os professores não nos ensinavam sobre a complexidade das culturas originárias, apenas começavam as aulas de história a partir do “descobrimento” do Brasil, e em Abril nos pintavam com urucum, nos fantasiando de estereótipos que não se desconstroem com facilidade, principalmente quando não somos confrontados com a verdade a respeito dos costumes, da luta e da história desses povos. A narrativa de extinção e a caracterização do indígena como algo “do passado” só tem sido combatida nas salas de aula recentemente, uma mudança que notei observando a educação de meus primos mais novos.

O memorialista Heitor de Bustamante (1879–1981), que dedicou grande parte da vida a escrever a história de Santo Antônio de Pádua, utilizando como fonte arquivos de cartórios, entrevistas e outros documentos oficiais ou jornalísticos, finalizou seu trabalho em 1971 com o título “Sertões dos Puris”. A obra, considerada pela Academia Paduana de Letras, Arte e Ciências como a “verdadeira certidão de nascimento da cidade”, relata o processo de apropriação das terras indígenas e de “amansamento” dos Puri que se distribuíam “nômades” pelas regiões do sertão de Campos (Bustamante, 1971).

Segundo a pesquisa de Bustamante (1971), a área que hoje é conhecida como Pádua pertencia originalmente à Campos dos Goytacazes, assim como outras regiões que formam os municípios de São Fidélis, Cambuci e Bom Jesus do Itabapoana. Ele afirma que a ocupação do território pelos não-indígenas se deu por volta de 1810, provindos de Campos dos Goytacazes e de Minas Gerais, fato sustentado pelo registro da concessão de sesmarias para a região dos sertões do rio Pomba na primeira década do século XIX. Citando Baltasar da Silva Lisboa, em sua obra “Annaes do Rio de Janeiro”, escrita em 1835, Bustamante (1971) descreve a presença de catequistas e as tentativas de aldeamento que precedem, em quase um século, a ocupação mencionada:

Frei Antônio da Piedade, em 1702, penetrou o sertão, do qual conduziu em aldeia a muitos indígenas [...] Em 1716, Fr. Miguel de Santo Antônio natural dos Guarulhos se embrenhou naquellas matas e convenceu os seus patrícios à fé católica e os conduziu para a povoação. O mesmo praticou Fr. Antônio da Apresentação em 1727, fazendo primeira e segunda entrada nos sertões com as palavras de Deus, em que pôs a sua confiança e pediu ao Governador Luis Bahia mandasse suprir os coroados que pacificaram o Provincial Fr. Fernando de Santo Antônio nas margens do Rio Pomba, alcançando uma lagoa de terras de sesmaria para fazerem as suas roças, suposto que tornaram para a idolatria (Lisboa, 1835, p.341 *apud* Bustamante, 1971, p. 22)

Ainda segundo o livro, após a fundação da Igreja de São Fidélis, em 1779, foi priorizado o aldeamento com foco em promover a união entre os Puris e os Coroados. Porém, devido aos conflitos históricos e constantes guerras entre os dois povos, houve a necessidade de aldeá-los em localidades diferentes. Entre os contratempos surgidos nesse processo, Bustamante (1971, p.30) menciona a dificuldade na escolha do local para a fundação, além da relutância dos Puris “que só annos depois se submeteram ao aldeamento em Santo Antônio de Pádua.”. Assim, superados estes obstáculos e por intervenção de D. Marcos de Noronha, foi fundada em 1808 a aldeia que mais tarde se chamaria São José de Leonissa da Aldeia da Pedra, conhecida hoje como a cidade de Itaocara.

Foi encarregado da paróquia o missionário capuchinho italiano Frei Tomás Civita de Castelli, que começou a construção da capela com auxílio financeiro de fiéis e mão-de-obra indígena. Bustamante (1971) atribui ao esforço do missionário a conquista do aldeamento de Coroados e Coropós, Puris e Botocudos, destacando o feito do preparo dos Puris para a civilização e do batismo dos Botocudos. A morte de Frei Tomás em 1828 deixa seu sucessor, padre Frei Florido de Castelli, responsável pelos aldeamentos na região.

Segundo a descrição de Bustamante (1971), os Puris apresentavam mais resistência à catequização, diferente dos Coroados que eram vistos como dóceis e bem-dispostos. Dessa forma, os Puris se dispunham esparsamente pelas florestas da serra das Frecheiras até Muriahé e margens do rio Pomba, fazendo trocas com os moradores de regiões próximas conforme a necessidade, e escapando das tentativas de aldeamento. Apesar disso, o autor dedica um parágrafo à persistência do Frei Florido em seu propósito, que já conseguia, gradualmente, evangelizar parte do povo Puri:

[...] aí encontram elles já algumas famílias de sua nação domesticadas pelo zelo do missionário frei Florido, cura da aldêa da Pedra de São José de Leonissa, cujo nome e o grito de civilização que os reúne, que os convoca às derribadas das florestas, e à fundação de novas aldeazinhas. [...] Frei Florido penetra, entranha-se pelos desertos; passa, atravessa pelo meio das feras, sobe a serra das Frecheiras e vae até as povoações de Minas Geraes catechisa-los, e chama-los ao seio da Igreja, que deseja te-los por seus filhos. Prova exuberante do bom resultado de suas fadigas são esses milhares de almas, são esses velhos trazendo seus filhos e suas mulheres pela mão e prostrando-se ante elle, a sua passagem, e implorandolhe a agua do baptismo! Espetaculo sublime, que por mais de uma vez tem attrahido a attenção do homem civilisado e do verdadeiro cristão! (Bustamante, 1971, p. 32)

À época, Frei Florido teria encontrado um peregrino em uma de suas caminhadas para Minas, e este, comovido por seu empenho, lhe concedeu suas terras à margem do rio Pomba, para que aldeasse os indígenas e pudesse também se estabelecer nelas. Esse território, ainda marcado pela presença de animais selvagens e as reminiscências da vida e práticas culturais dos puris, se tornaram, a partir de 1833, objeto de derrubada para o estabelecimento de uma capela dedicada à São Félix e pequenas roças junto às habitações que construíram. A aldeia permanece pouco desenvolvida, em razão da ausência de apoio governamental. (Bustamante, 1971). Simultaneamente, se estabelecia outra aldeia, também à margem do rio Pomba, pelo mesmo frei.

Estes aldeamentos, ambos pertencentes ao território da freguesia de Santo Antônio de Pádua, se tornam importantes para o presidente da província, que via o local como propício para a “civilização” dos Puris que vagueavam o território próximo. Segundo Bustamante (1971), haviam 139 homens e 125 mulheres aldeados em Santo Antônio de Pádua na metade do século XIX, totalizando 264 indígenas de todas as idades, que se dedicavam comumente à lavoura.

Dessa forma, é evidente que a formação territorial da cidade de Santo Antônio de Pádua, como contada por Heitor de Bustamante nos primeiros capítulos de seu livro, resulta diretamente da missão de aldeamento do Povo Puri. Uma vez que as tentativas de promover a união entre eles e os Coroados eram falhas, os Puris daquela região permaneceram afastados da catequização por muito tempo, até que as doações de terras ao Frei Florido permitiu que ele os reunisse na freguesia de Pádua.

2. Retomadas Indígenas no Brasil

Os movimentos de retomada indígena no Brasil integram um processo de resistência tão antigo quanto a colonização e antecedem a própria terminologia contemporânea, já que se manifesta, desde o primeiro contato, como contraposição ao domínio europeu. Segundo o “Atlas Etno-Histórico da Ressurgência Puri: resistências e transformações indígenas no Rio de Janeiro”, organizado por Andrey Cordeiro Ferreira e publicado em 2023, a resistência de alguns povos ao domínio da sociedade colonial no território brasileiro entre 1530 e 1760 consegue cercar e retardar o avanço do colonialismo:

[...] Os povos Tupi (Tamoio, Temiminó e Tupiniquim) e Goytacaz (Coroado, Puri, Coropó) condicionaram e limitaram o colonialismo. A sociedade colonial portuguesa se estabeleceu no litoral, enquanto grande parte do território continuou sendo controlado e governado pelos povos indígenas. As insurreições indígenas (Confederações dos Tamoios e o levante Goitacaz 1544) expressam esse processo de resistência. Esse período é marcado por levantes e insurreições indígenas, pelas guerras coloniais (“Bandeiras” e expedições de escravização) e pela expansão de economia de exportação. [...] Não é correta então a história que diz que os portugueses venceram a guerra colonial de imediato (ao promoverem um genocídio e etnocídio nos séculos XVI e XVII). Eles levaram mais ou menos 100 anos (1530-1630) para ganhar o controle da faixa litorânea do Rio de Janeiro e depois mais 150 para garantir a consolidação da sociedade colonial e seu território. (Ferreira, 2023, p. 34)

Esse domínio se concretiza de forma substancial apenas no século XX, reforçado por uma política de negação que o Atlas chama de “colonialismo interno” para acelerar o apagamento da presença indígena da história oficial. Ferreira (2023), ao comparar os relatos do viajante naturalista Debret com o Relatório do Presidente da Província no ano de 1844, percebe uma dissonância no que se refere às descrições acerca da distribuição e atividades desses povos, que ele atribui a uma tentativa de difundir a ideia de desaparecimento:

Os dois registros (o livro de Debret e o relatório do Presidente de Província), com 15 anos de diferença entre um e outro, são extremamente importantes. Em primeiro lugar, os relatos divergem ao retratarem os povos aldeados. Debret retrata, em textos e pinturas, povos ativos, ocupando lugares específicos e estratégicos na sociedade colonial. O presidente de província relata os povos aldeados como mestiços decadentes, justificando, num certo sentido, mesmo que de forma sutil, a narrativa da extinção (Ferreira, 2023, p. 40)

Em decorrência da Lei de Terras de 1850, um processo intenso de imigração prossegue rumo ao interior do Rio de Janeiro, modificando as relações dos povos indígenas, as pessoas e povos de matriz africana e os recém-chegados, bem como a formação de famílias e suas vinculações ao território: “Entre 1900 e 1950 surgiram famílias e comunidades indígenas e multiétnicas, marcadas por novas formas de acesso à terra e de reconhecimento ou invisibilização. Os Puri, que até 1890 eram citados aos milhares na região, desapareceram dos informes oficiais” (Ferreira, 2023, p. 65). Essa narrativa da extinção no século XIX é contestada, evidentemente, pela permanência e ressurgência do povo Puri nos movimentos de retomada, assim como pelo questionamento da motivação por trás dessa narrativa.

Conforme a historiografia recente, o discurso oficial de extinção seria elemento de uma política do desaparecimento via mecanismos burocráticos, instrumentalizados para viabilizar a apropriação de terras (Pissolato; Pêgas, 2025). Entre esses, destacam-se as formas de ocultar as identidades étnicas dos indígenas, como a classificação destes como “pardos” ou “caboclos” em registros oficiais, algo que seria apresentado posteriormente como um fenômeno natural de “fusão na massa da população” (Ferreira, 2023). Dessa forma, o

apagamento da presença indígena seria, na verdade, uma estratégia política deliberada do Estado para negar o direito desses povos à terra.

Aqui cabe um breve retorno à Santo Antônio de Pádua, cidade mencionada nos trabalhos de Reis (2020) e Ferreira (2023) e construída em território que pertencia aos Puri e Coroados até o século XIX, antes do processo de aldeamento mencionado anteriormente. Analisando a relação documentada no trabalho de Bustamante (1971, p. 598-604) a respeito dos falecimentos de um total de 273 pessoas com mais de 90 anos em Pádua no período de 1889 a 1961, é possível perceber a classificação de cor distribuída entre “Preta”, “Branca” e “Parda”, ao lado dos campos de nacionalidade, com a maioria de 181 registros indicados como “Brasil” ou “África”.

Dentre os nomes, está o de Joaquina Maria Puri, falecida em 1902 aos 90 anos, classificada na tabela como “Parda”, de nacionalidade brasileira. Soares (2022) considera que o documento em questão corresponde ao último registro de óbito de uma pessoa indígena no livro de Santo Antônio de Pádua e a última ocorrência de identificação da etnia Puri em todo o Estado do Rio de Janeiro. Na tabela, uma maioria significativa dos nomes na categoria de cor “Parda” estão dentre os registros com nacionalidade indicada como “Brasil”. Além disso, existe uma parcela de brasileiros sem identificação de cor, e “alguns inclusive sem sobrenome, o que sugere a possibilidade dessas pessoas serem indígenas” (Soares, 2022, p. 48). Sendo assim, a partir do registro de óbito de Joaquina Maria Puri, datado do século XX, Soares (2022) conclui que a atribuição de extinção do povo Puri ao século XIX não se sustenta. Em consequência do apagamento étnico, essas pessoas foram obrigadas a se “camuflar”, termo utilizado por Reis (2020), e ocultar traços identitários como estratégia de sobrevivência diante da discriminação e risco de extermínio:

Então o pertencimento étnico de Joaquina Maria Puri ter sido escondido, assim como provavelmente de outras pessoas descritas como pardas não foi por acaso. Isso é relacionado a questão do apagamento étnico, pois no decorrer deste século esses indígenas foram deixando de serem vistos com sua etnicidade (costumes, tradições, pluralidades) e uma vez que são desassociados de suas manifestações culturais, são lidos não mais como indígenas, mas como remanescentes. Deste modo, cada vez mais os descendentes passaram a negar sua ascendência, temerosos pelo preconceito que partia de várias partes da sociedade. (Soares, 2022, p. 49-50)

Nesse ponto, é importante examinar a resistência e o protagonismo dos povos originários do Brasil, articulados em diversos movimentos de ressurgência e retomadas ao redor do país, ocupando espaços políticos e acadêmicos, físicos e virtuais, e reclamando o direito de narrar a sua própria história.

A obra “Políticas Ameríndias de contra-colonialidade no século XXI” (2023), organizada por Elizabeth Pissolato e Andréa Oliveira-Castro, aponta que o termo ‘retomada’ surge no final da década de 1970 para descrever os esforços do povo Kaingang para a recuperação da Terra Indígena Nonoai, no Rio Grande do Sul. O livro cataloga movimentos de retomadas indígenas como os dos povos Apyãwa, Karitiana, Mbya, Pataxó, Puruborá, Warazukwe e Xakriabá. Através das diferentes expressões que assumem, é possível observar que os movimentos de retomada transcendem a recuperação da terra e se dedicam à revitalização total da cultura, abrangendo, mas se expandindo para além da aplicação inicial do termo. As estratégias adotadas variam desde a ocupação física de terras e a abertura de estradas próprias, até iniciativas de revitalização da cerâmica, a

apropriação do cinema como meio de expressão política/cultural e a demanda institucional e simbólica voltada ao resgate da língua e o reconhecimento do nome étnico em documentos oficiais. (Pissolato, Oliveira-Castro, 2023).

Além destas, as mídias e redes sociais constituem outra modalidade de articulação e manifestação desses movimentos, sendo apropriadas pelos grupos como mecanismos de luta e retomada de sua narrativa, para além das formas tradicionais de mobilização. Perfis de lideranças e coletivos divulgam eventos e engajam-se mutuamente, compartilhando saberes e comentando as notícias envolvendo a luta dos povos indígenas da perspectiva daqueles diretamente engajados nessas lutas. É o trabalho de organizações como a ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade), que mobiliza mulheres indígenas de todos os biomas do Brasil, agrupando coletivos de diferentes povos e regiões que têm em comum a luta pela retomada das terras, da cultura e da espiritualidade. As redes sociais também são ponte de conexão e troca de experiências entre pessoas cujo processo de descoberta da própria identidade acontece inicialmente no âmbito individual, partindo da memória afetiva, de pesquisas em documentos familiares ou regionais e toma uma dimensão coletiva ao visitar uma aldeia ou centro cultural, onde pode reconhecer a sua própria cultura e memória. Esse momento de autodescoberta pode representar o início de uma trajetória de retomada pessoal, como veremos adiante.

3. Opetahra Nhāmanrúpi, a Sol Puri

Em São Fidélis, Rio de Janeiro, a aproximadamente 70km de Santo Antônio de Pádua, Opetahra Nhāmanrúri Puri estrutura seu próprio movimento de ressurgência. Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza pela Universidade Federal de Viçosa (MG), ela relata em seu Trabalho de Conclusão de Curso, publicado sob o nome Solange de Souza Reis (2020), a jornada de autoconhecimento que a levou a se declarar Puri.

O objetivo do trabalho, intitulado “Onde estavam os Indígenas Puri quando o sistema os dava como extintos? Nós estamos aqui, vivos! Orando, rezando, curando, plantando, lutando, resistindo e ressurgindo”, é narrar a resistência dos povos indígenas na história do Brasil, através do resgate histórico e de relatos pessoais. (Reis, 2020). O trabalho também propaga o movimento de ressurgência, do qual a autora faz parte, e reforça o combate ao paradigma da extinção imposto pelo colonialismo. Como forma de contestação a distorções da história indígena, Reis (2020) discute a distribuição geográfica do povo Puri no momento da repartição das terras litorâneas aos donatários por parte da coroa portuguesa, reforçando o desalojamento desse povo, que foi “empurrado” para a região de Rio Pomba, em Minas Gerais. Opetahra se mobiliza especialmente em sua região, e convida as pessoas indígenas que permanecem “camufladas” a se autodeclararem e viverem abertamente sua cultura, de modo a preservar e se reconectar com sua identidade.

Opetahra viveu na zona rural de São Fidélis, mas passou grande parte da infância na comunidade do Morro do Muquição, situada no bairro de Deodoro, no Rio de Janeiro, onde morava em uma casa de pau a pique à beira do rio Marangá. Seus pais, eram naturais de São Fidélis. A mãe nasceu no bairro Piraí, na zona rural da

cidade, e o pai nasceu em Pureza, um dos distritos da cidade. Reis (2020) conta que durante sua infância, morando na cidade grande, seus pais praticavam agroecologia e balanceavam diferentes profissões: seu pai foi padeiro, pedreiro e barbeiro, enquanto sua mãe lavava e passava para conseguirem o sustento da família. Não possuíam direitos trabalhistas e eram analfabetos: “em 1930, data de nascimento dos meus pais, segundo ouvia da minha mãe ‘os estudos eram somente para os homens e filhos dos colonos, e que as mulheres não precisavam estudar’” (Reis, 2020, p.24).

Em relato de sua infância, Opetahra também descreve práticas de cura e rituais praticados por seus pais, como rezas, manuseio de ervas medicinais para cura de resfriados e dores corporais, entre outros recursos terapêuticos como banhos com macerações de arruda e manjerição e aplicação de fumo na água. Além destas, detalha algumas práticas ritualizadas de seus pais, como dar a primeira água de chuva do ano para crianças com dificuldade de fala beberem e o armazenamento do umbigo até os sete anos de idade para ser partido em pedaços, garantindo à criança práticas artesanais, e enterrado bem fundo, prática que a autora diz ter repetido com os filhos. Através do relato de sua infância, dos hábitos de seus pais no cuidado da terra e das crianças, Opetahra faz um resgate da cultura indígena e da cultura do campo, saberes transmitidos intergeracionalmente e que se apresentam como fundamentais na sua formação identitária.

Conforme relato em entrevista disponível no Atlas Etno-histórico, Opetahra, residia na Aldeia Uchô Nhãmanrúri Puri-Coroado, um centro cultural fundado por ela mesma e localizada no bairro Piraí, na zona rural do município de São Fidélis. À época da entrevista, ela estava organizando os trâmites burocráticos para mudar seu nome civil para seu nome de Mato Opetahra Nhãmanrúri Puri (Santos; Carvalho; Moreira, 2023). O processo, que começou em 2018 através da Defensoria Pública da comarca em São Fidélis, alcançou o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e incita justamente discussões à respeito do direito dos povos indígenas à sua identidade e garantia à plena cidadania. Segundo uma notícia publicada no site da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (2022), o pedido teria sido negado pelo juiz de primeira instância pois “apenas ‘indígenas não integrados’ teriam direito a serem chamados formalmente por nomes indicativos de suas origens”, e a alternativa apontada pelo Tribunal de Justiça seria a inclusão de seu nome indígena e sua etnia, junto ao Registro Civil, o que Opetahra negou. O caso então seguiu ao Superior Tribunal de Justiça, mas foi interrompido e não encontrei atualizações recentes a respeito.

Vinculada às lutas de resistência e ressurgência Puri, Opetahra atua em projetos de propagação e valorização da cultura e história dos povos indígenas. Ela integra os Movimentos de Ressurgência Puri; o Movimento de Resistência Puri (Aldeia Maracanã), e é fundadora do centro cultural Aldeia Uchô Nhãmanrúri Puri-Coroado, mencionado acima. Sua página no blog do projeto “Museu de Artes Nômades”, que divulga manifestações artísticas e culturais e realiza exposições públicas para propagar os movimentos indígenas do Sudeste do Brasil (Museu de Artes Nômades, 2025) indica que o centro promove “além do Projeto Museus e Artes Nômades, encontros, reuniões, palestras e outras iniciativas culturais no território do Norte Fluminense, visando a proteção da memória e difusão das culturas e artes indígenas” (Museu de Artes Nômades, 2025).

O relato que Opetahra faz de sua juventude se entrelaça à história do êxodo indígena para as periferias urbanas, como o Morro do Muquiço, onde viveu grande parte da sua infância (Santos; Carvalho;

Moreira, 2023) e sua mobilização atual é impulsionada pelo desejo de preservar a conexão com a espiritualidade e resgatar a própria identidade, assim como a memória de seu povo, o que faz visitando diversas aldeias e participando de eventos culturais com outros povos. Reis (2020) relata que, além da memória afetiva e familiar que formaram sua identidade, foi o reconhecimento dos costumes com os quais cresceu sendo praticados na Aldeia Maracanã, que visitou em 2011 a convite de Dauá Puri, que a fizeram se sentir “em casa” e foram decisivos para que começasse a pesquisar pela história indígena local no site da Secretaria de Cultura de São Fidélis, buscando sanar dúvidas a respeito de sua etnia. Ela também sente que é sua missão espiritual convidar outras pessoas a se autodeclararam e se juntarem ao movimento de ressurgência:

Devido à sua espiritualidade afluída, Sol demonstra sentir que tem um compromisso espiritual de embarcar nessa luta, que é voltar para São Fidélis e buscar ali seus parentes indígenas. Ela tenta muitas vezes mostrar para as pessoas os elementos da origem da Puri ao ressaltar suas características físicas (fenótipos dos traços puris) e ao enfatizar a cultura da pesca, da caça e das habilidades no artesanato praticados pelos fidelenses (Santos; Carvalho; Moreira, 2023, p. 99).

Solange: [...] Só que eles não sabem que são Puri... só sabe assim: meu pai foi caçado no laço. São aqui da região e não têm essa consciência indígena. Aí eu começo a explicar pra eles que eles são indígenas, que não é porque passaram esses anos todos e nosso povo está calado durante esse tempo todo, em função da invasão, e o sistema obrigar, impor a cultura deles, a língua deles... não é por isso que a gente deixou de ser indígena. Nós continuamos indígenas, morando aqui nesse território. (Santos; Carvalho; Moreira, 2023, p. 101)

Analisando seu relato, nota-se um aspecto solitário em sua luta e em seu processo de auto identificação. Ainda que viva no território de seus antepassados em São Fidélis, Opetahra continuamente demonstra o seu propósito de aflorar nos outros moradores um desejo pela mobilização local. Ela afirma que seus parentes na cidade sofreram uma “lavagem cerebral” pelo colonizador e foram privados de sua cultura ao ponto de não se reconhecerem mais como indígenas:

Hoje vivo no território indígena dos meus ancestrais em São Fidélis, RJ. Lá também moram os parentes, descendentes violados das suas terras e privados de manterem sua cultura. Não se lembram que são indígenas, pois sofreram praticamente uma lavagem cerebral pelo não indígena, o colonizador, ao passar por um processo de descaracterização e desconstrução do legado dos antepassados. Perderam seus direitos à terra e outros direitos dos indígenas, previstos na Constituição Federal brasileira, por não serem mais indígenas, segundo a filosofia dos brancos. (Reis, 2020, p. 42).

Em um trecho do curta-documentário “De Indígenas a Caboclos: Esquecimento e Silenciamento da Aldeia da Pedra”, que apresenta a história de Itaocara, cidade próxima à São Fidélis e Santo Antônio de Pádua, no noroeste fluminense, Opetahra reafirma o argumento:

Quando o IBGE aponta setecentos, oitocentos indígenas autodeclarados, nós somos muito mais que isso, porque tem muitos que sabe que são Puri mas eles não se classifica quanto indígena, e fala “o meu pai era indígena, minha avó foi caçada no laço, ela era indígena”, mas eles mesmo não se autodeclararam indígena porque o sistema, ele colocou nos escritos escolares que o indígena ele tem que ter franjinha, tem que ter pele vermelha, tem que ter cabelo liso... (De Indígenas a Caboclos Doc, 2025, 00:04:02).

A criação da Aldeia Uchô Nhãmanruri Puri-Coroado, mencionada anteriormente, é a resposta de Opetahra a esse processo. Realizando encontros anuais com pessoas indígenas de diversas etnias e visitando

escolas, ela procura combater os aspectos da cultura europeia presentes no estilo de vida local que não condizem com o modo de vida dos povos originários no que diz respeito ao cuidado com a terra, a vida e a cultura, além de resgatar a língua e os costumes de seus antepassados entre os moradores da região (Reis, 2020). Sua manifestação também alcança as redes sociais, onde ela se conecta aos diversos movimentos de ressurgência indígena que vêm ocupando as plataformas como o *Instagram*, *Facebook* e *X* (antigo Twitter). Em vídeo publicado na página do *Facebook* do Centro de Memória do Povo Puri - CMPP em novembro de 2020, ela destaca sua satisfação pelo senso de comunidade e pelas conexões que cria nesses eventos, onde conhece pessoas indígenas de diferentes regiões do Brasil. Essas articulações com outros grupos se tornam frutíferas para Opetahra, que retorna à São Fidélis para trabalhar no resgate cultural que tornou sua missão:

Nosso lar, né, ali onde a gente aprende com os mais velhos, né com a comunidade... então tem muito aprendizado na terra que é onde a gente vive. E a gente traz também essa cultura ancestral [...] Aí quando chega aqui a gente pega mais informações acadêmicas e leva isso pro campo, porque no campo a gente tem a educação ancestral, cultural. Mas tem um avanço, né? Você não pode olhar pro indígena e achar que ele não tem direito à internet, não tem direito à tecnologia, que ele não tem direito a uma universidade.

No âmbito das redes sociais, Opetahra atua como administradora do grupo do “Pury.RJ - Estudo da língua e cultura indígena (Reg.Sudestado.Brasil.)” no Facebook que conta com 124 membros, no qual (até 2024) divulgavam livros, eventos, registros de seus encontros, pesquisas e vídeos educativos; Além de comandar o perfil do Instagram da Aldeia-Centro Cultural Uchô Nhamanrûri, onde são compartilhados registros dos eventos e exposições realizados no espaço de encontro em São Fidélis.

Observando sua movimentação local, virtual e o costumeiro retorno à São Fidélis após articulação com diferentes grupos, é evidente que o aspecto definidor do projeto de Opetahra (evidenciado pela criação da Aldeia, das visitas que faz às escolas para promover a educação ambiental, dos eventos anuais e entrevistas concedidas), é o desejo de convidar seus “parentes” a reconstituir laços com a própria ancestralidade e caminhar para um despertar individual (através da autodeclaração) e a ressurgência coletiva, integrando o Movimento de Ressurgência Puri.

4. Retorno à Pádua: conversa com Maria das Graças

À época do Censo 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), existiam 18 autodeclarações indígenas em Santo Antônio de Pádua, distribuindo-se entre 11 pessoas sem declaração de etnia, 4 Puris e outros 4 distribuídos igualmente entre pessoas de etnia “mal definida”, “não determinada”, pessoas da etnia Baré e Caboclos do Assu (Zanlorenssi, 2025). Uma pessoa pode declarar seu vínculo com mais de um grupo étnico, sendo assim, não é possível afirmar que seriam 18 pessoas no total, já que as autodeclarações podem se sobrepor (Zanlorenssi, 2025). Em conversas com a população local, não pude localizar pessoalmente nenhuma das pessoas autodeclaradas, nem alguém que as conhecesse para viabilizar um contato. Ouvi rumores sobre um idoso indígena, de mais de 90 anos, em Paraoquena (que fica a cerca de 10km do centro da cidade e faz divisa com Campelo, outro distrito de Santo Antônio de Pádua), porém, a pessoa que me informou não sabia endereço, parentesco ou se ele ainda residia no local.

Como não consegui contato com esse senhor, continuei perguntando, de uma pessoa a outra, por alguém que conhecesse alguém. Durante essas conversas, soube da história de um suposto projeto idealizado no ano de 2020 e proposto à prefeitura, que pretendia construir um memorial em um parque local, próximo ao Campestre Pádua Clube, com o intuito de recriar uma aldeia Puri e, através dela, contar a história da fundação da cidade. Segundo a informação que recebi, o projeto não foi adiante, e acredito que por isso não consegui encontrar nenhum registro a este respeito na prefeitura.

Por fim, meu padrasto, que trabalha como pedreiro, me enviou uma mensagem do trabalho dizendo que um colega dele tinha o número de telefone de um homem que havia mencionado uma pessoa que se identificava como Puri em Santo Antônio de Pádua. Através deste contato, consegui comunicação com uma senhora de 63 anos, moradora do bairro Morro do Mirante. Na semana seguinte, na tarde do dia 29 de dezembro de 2025, tivemos uma breve conversa a respeito da sua família e infância, e sua vivência na cidade.

Maria das Graças, que nasceu em agosto de 1962, é mãe solo de seis filhos adultos. Ela não recebeu educação formal, e trabalhou por pouco tempo com carteira assinada, mas acumulou muita experiência em trabalhos informais. Mora em uma das casas mais altas do morro, com vista para o rio Pomba e a ponte que ilustra o cartão postal da cidade. Em nossa conversa, que durou cerca de 40 minutos, ela relata que nasceu em Palma, de onde saiu aos 16 anos; passou um período na cidade do Rio de Janeiro e então se mudou para Pádua, onde decidiu se estabelecer definitivamente. A história familiar que me contou na tarde em que nos encontramos começa por memórias de parentes indígenas e de seu pai, nascido em Palma, “que tinha sangue de caboclo”. Das poucas lembranças que recupera, conta do relato de sua mãe a respeito de sua bisavó, que teria sido “presa a laço”. Sua mãe, segundo Maria conta, nasceu em São Fidélis e passou sua infância inteira lá, se deslocando somente para Santo Antônio de Pádua, onde permaneceu até falecer.

Sua família era numerosa, contando ela com outros 11 irmãos. Restam hoje 4, com dois residentes em Pureza, e Maria das Graças e sua irmã morando atualmente em Pádua. Ela descreve sua infância como dura, marcada por tarefas pesadas, em uma fazenda cercada por gado e isolada de outras casas. Apesar de simpática e muito disposta a contar sua história, ela disse não ter tantas memórias de sua infância, e desejava ter a habilidade de registrar a vida de sua mãe, de quem falou com muito orgulho e reverência durante o tempo em que conversamos. Quando perguntada a respeito de quaisquer tradições passadas geracionalmente, disse que recebeu de herança da mãe o vínculo com o espiritismo, e contou que ela era quem dirigia a casa de Umbanda dedicada a São Jorge anexada à varanda onde tivemos nosso encontro. Além da religião espírita, Maria das Graças disse ter recebido como parte de sua criação um repertório rico em saberes sobre plantas e banhos medicinais, como o uso da aroeira para problemas uterinos, garrafadas para estimular a fertilidade, banhos de arnica para febre infantil, assa-peixe para machucados e outras práticas que aprendeu observando a mãe.

Em Santo Antônio de Pádua, Maria é conhecida por ser Puri, diz que lhe chamam por esse apelido cotidianamente, e afirma que se reconhece e se apresenta dessa forma. Além dela, seu falecido irmão, que trabalhou como motorista na prefeitura por muitos anos, recebia este etnônimo como apelido. Maria diz que quase ninguém o conhecia por seu nome de registro, Antônio Fernando, pois no trabalho e na cidade só se

referiam a ele como Puri. Em relação aos dados sobre a população indígena na cidade, quando questionada a respeito da pesquisa do IBGE, Maria disse não se lembrar de ter respondido a nenhuma pesquisa a respeito de sua identidade como indígena, nem de ter feito essa autodeclaração. Segundo ela, as perguntas que o agente do IBGE lhe fez durante as visitas foram as usuais, a respeito da quantidade de moradores da casa e sobre o falecimento de sua mãe. Sendo assim, é provável que ela e sua família não estejam nos números de autodeclaração indicados pelo censo de 2022. Mesmo assim, a atribuição da identidade Puri à Maria e a seu irmão demonstra um reconhecimento dessa identidade na memória coletiva de Santo Antônio de Pádua.

5. Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo central reconhecer Santo Antônio de Pádua (RJ) como participante na história viva dos povos indígenas na região noroeste fluminense, revisitando e destacando os vínculos entre a fundação da cidade, os processos de ocupação de terras indígenas e a missão de aldeamento do povo Puri, bem como apresentando os movimentos contemporâneos de ressurgência que contestam a narrativa de sua suposta extinção. A análise dos documentos e das memórias no trabalho de Heitor de Bustamante, em diálogo com a produção historiográfica recente, contribui para compreender a formação histórica do município, que se insere em um conjunto regional mais amplo marcado pela violência colonial e por políticas sistemáticas de apagamento indígena. O chamado “amansamento” indígena, narrado por Bustamante (1971), foi reinterpretado, através da revisão da historiografia contemporânea, como um processo de “colonialismo interno” (Ferreira, 2023), caracterizado por uma política deliberada de abolição cultural. Neste sentido, observa-se que a alegação de “extinção” do povo Puri corresponde a um processo de invisibilização das pessoas indígenas na região, efetivado por classificações raciais e narrativas do Estado.

Atualmente, a região do norte e noroeste fluminense, anteriormente integrada a Campos dos Goytacazes, é atravessada por movimentos de ressurgência e retomada cultural indígena, como exemplificado pela história de Opetahra Nhãmanrúri Puri, que tenta resgatar a memória e a cultura Puri no município de São Fidélis e região. Este trabalho também narra sua jornada de autoconhecimento e resgate da identidade individual e coletiva, através da sua autodeclaração como pessoa indígena e da construção da Aldeia-Centro Cultural Uchô Nhãmanrúri, em São Fidélis, além de fazer um mapeamento de sua trajetória como líder e ativista indígena, se movimentando entre diferentes encontros culturais na região e articulando seu movimento online, através de grupos do *Facebook* e participação em documentários.

Finalmente, o retorno à Pádua se dá pela tentativa de encontrar pessoas autodeclaradas indígenas no município no censo de 2022 do IBGE, para resgatar parte da história da cidade e das lembranças de seus antepassados indígenas que moravam ali, como eles se entendem e são percebidos pela comunidade local e como mantém a memória e cultura vivas. Não encontrei ninguém que afirmasse ter se autodeclarado para o censo, apesar dos rumores, e mesmo Maria das Graças disse não ter respondido a essa pesquisa. A história de sua família, originalmente de São Fidélis, exemplifica essa mobilidade da população indígena do interior aos centros urbanos que também é presente no trabalho de Opetahra Puri.

Esta é uma pesquisa inicial, com o intuito de abrir caminho para futuras investigações sobre a história e presença Puri no município, tanto a partir do levantamento documental quanto da escuta das memórias locais, com o objetivo de reconhecer o passado da cidade, incitar a conversa sobre os povos indígenas a quem o território pertencia, e reinserir Santo Antônio de Pádua nos estudos sobre ressurgência e retomada Puri.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSTAMANTE, Heitor. **Sertões dos Puris: história do município de Santo Antônio de Pádua**. Niterói: Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, 1971.

CENTRO DE MEMÓRIA DO POVO PURI. **Raízes da Memória: fala de Opetahra Nhãmanrúri Puri/Coroado no VII Encontro do Povo Puri**. Maré na TV. Imagem e fotografia: Reinaldo Cunha. Facebook, s.d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=279051550173711>>. Acesso em: 12 jan. 2026.

DPRJ. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/20354-DPRJ-vai-ao-STJ-para-garantir-nome-indigena-a-mulher-de-etnia-Puri>. Acesso em: 10 jan. 2026.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tupis, Tapuias, “Caboclos” e suas transformações: Os Povos Indígenas do Rio de Janeiro**. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.). **Atlas etno-histórico da ressurgência Puri: resistências e transformações indígenas no Rio de Janeiro**. Brasília, DF: Editora O Lampião, 2023. p. 31-44. Disponível em: <https://opierj.org/nep-nucleo-de-estudos-e-pesquisas-em-etnicidade-territorio-natureza-e-autonomias/>

MESQUITA, Pietro (diretor). De Indígenas a Caboclos: Esquecimento e Silenciamento da Aldeia da Pedra [curta-metragem]. Direção: Pietro Mesquita. Prod. Executiva: Ianani Dias, 2025. Duração: 13 min. Disponível em: <<https://youtu.be/S5IGQ-utR34>>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MUSEU DE ARTES NÔMADES. **Opethara Puri**. Museu De Artes Nômades, s.d. Disponível em: <https://museuseartesnômaDES.com.br/artista-opethara-puri/#>. Acesso em: 10 jan. 2026

PISSOLATO, Elizabeth de Paula; COELHO, Lucas Pêgas Avellar. Territórios híbridos Puri: redes de saberes e modos de ocupação. In: **REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL**, 15., 2025, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2025. p. 1-13. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/viii_rea/1101704-movimentos-puri-em-minas-gerais--territorios-hibridos-e-reconfiguracoes-identitarias/

PISSOLATO, Elizabeth; OLIVEIRA-CASTRO, Andréa (org.) **Políticas ameríndias de contra-colonialidade no século XXI**. Juiz de Fora: Editora UFJF/Aldeia, 2023. Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2023/10/Pol%C3%ADticas-Amer%C3%ADndias-Editora-UFJF.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026

REIS, Solange de Souza. ***Onde estavam os indígenas Puri quando o sistema os dava como extintos? Nós estamos aqui, vivos! Orando, rezando, curando, plantando, lutando, resistindo e ressurgindo.*** 2020. 52f. Universidade Federal de Viçosa, MG, 2020. Disponível em:

SANTOS, Aline Braz dos; CARVALHO, Karina de Paula; MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. Ressurgência e retorno: sonho e missão. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.) **Atlas etno-histórico da ressurgência Puri: resistência e transformações indígenas no Rio de Janeiro**. Brasília, DF: Editora O Lampião, 2023. p. 95-108. Disponível em: <https://opierj.org/nep-nucleo-de-estudos-e-pesquisas-em-etnicidade-territorio-natureza-e-autonomias/>

SOARES, Juliana Frontelmo. **A reconstrução da história do povo Puri no Noroeste fluminense e os usos da memória ancestral: breve análise sobre Santo Antônio de Pádua e Miracema (séculos XVIII - XXI).** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/19959>

ZANLORENSSI, Gabriel. **O mapa dos povos indígenas no Brasil, por etnia.** Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2025/10/24/etnias-indigenas-brasil-censo-2022-mapa-interativo>. Acesso em: 10 jan. 2026.